

PARECER HOMOLOGADO(*)

(*) Despacho do Ministro, publicado no Diário Oficial da União de 30/04/2008

(*) Portaria/MEC nº 519, publicada no Diário Oficial da União de 30/04/2008



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**

INTERESSADA: Sociedade de Educação e Cultura de São José do Rio Preto Ltda.		UF: SP
ASSUNTO: Recredenciamento do Centro Universitário de Rio Preto, com sede na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo.		
RELATORA: Marilena de Souza Chaui		
PROCESSO N°: 23000.002909/2003-59		
SAPIEnS N°: 20031001515		
PARECER CNE/CES N°: 48/2008	COLEGIADO: CES	APROVADO EM: 12/03/2008

I – RELATÓRIO

Trata o presente processo de pedido da Sociedade de Educação e Cultura de São José do Rio Preto Ltda. para o recredenciamento do Centro Universitário de Rio Preto, com sede na cidade de São José do Rio Preto, no Estado de São Paulo.

A Secretaria de Educação Superior/MEC manifestou-se, acerca da matéria, por meio do Relatório SESu/DESUP/COREG nº 332/2007, o qual transcrevo a seguir:

I – HISTÓRICO

A Sociedade de Educação e Cultura de São José do Rio Preto S/C Ltda. solicitou a este Ministério, em 7 de abril de 2003, o recredenciamento do Centro Universitário de Rio Preto, com sede na cidade de São José do Rio Preto, no Estado de São Paulo.

A entidade, sediada na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, é mantenedora do Centro Universitário de Rio Preto, nos termos da Portaria MEC nº 2.774/2003. O atendimento às exigências do artigo 20 do Decreto 3.860/2001, então em vigor quando da protocolização e análise inicial do pedido, restou comprovado.

O Centro Universitário de Rio Preto foi credenciado pelo prazo de três anos, por transformação das Faculdades Integradas Riopretenses, mediante Portaria MEC nº 767/1999, editada com base no Parecer CNE/CES nº 207/98. O ato ministerial também aprovou seu Estatuto. O Plano de Desenvolvimento Institucional da IES, após cumprimento de diligência, foi recomendado pelo setor da SESu responsável pela sua análise.

Com a finalidade de constatar a exatidão das informações prestadas e verificar as atuais condições de funcionamento da Instituição, em face do pedido de recredenciamento, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, por meio de sua Diretoria de Estatísticas e Avaliação da Educação Superior, designou Comissão de Avaliação, constituída pelos professores Ana Maria Ferreira de Mattos Rettl, Ana Maria Fontenelle Catrib e Silvestre Prado de Souza Neto. A visita ocorreu no período de 18 a 20 de dezembro de 2006.

A Comissão de Avaliação apresentou o relatório 17752, no qual se manifestou favorável ao recredenciamento do Centro Universitário de Rio Preto.

II – MÉRITO

A Comissão de Avaliação informou que a IES está situada no noroeste do Estado de São Paulo, no município de São José do Rio Preto, sede de uma região administrativa que congrega 96 municípios, com 400.000 habitantes.

Os cursos de graduação são ministrados em sete instalações distintas e, em breve, serão aglutinados em um único local, uma cidade universitária a ser construída em área própria, na qual já funcionam o Hospital Veterinário, que gera pesquisa e tecnologia de ponta, o Parque Aquático, vinculado ao curso de Educação Física, e o Centro de Convivência, para realização dos principais eventos institucionais.

Conforme relatório, a IES possui 9.000 alunos e os projetos educacionais são desenvolvidos nos seguintes espaços e órgãos, entre outros: três bibliotecas; Núcleo de Atividades Acadêmicas Complementares – NAA; Núcleo de Desenvolvimento Pedagógico e Profissional – NuDePP; Coordenadoria de Eventos Pedagógicos, Esportivos, Científicos e Culturais – CEPECC; Serviço de Assistência Jurídica – SAJU.

Embora não tenha necessariamente que desenvolver pesquisa, visto tratar-se de Centro Universitário, a IES promoveu a criação de uma Coordenadoria destinada a este fim, subordinada à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Para incentivar a pesquisa, há bolsas de iniciação científica, com recursos da IES, para os alunos dos cursos de graduação.

Cabe a esta Secretaria informar que o Centro Universitário de Rio Preto ministra os cursos abaixo relacionados, conforme dados obtidos no sistema SiedSup:

<i>Cursos</i>	<i>Atos</i>	<i>Finalidade</i>
<i>1. Administração</i>	<i>Port. MEC 4.548/2005</i>	<i>Renovação reconhecimento</i>
<i>2. Arquitetura e Urbanismo</i>	<i>Port. MEC n° 3.799/2004</i>	<i>Reconhecimento (4 anos)</i>
<i>3. Ciência da Computação</i>	<i>Port. MEC n° 1.260/94</i>	<i>Reconhecimento</i>
<i>4. Ciências Biológicas</i>	<i>Port. MEC n° 486/95</i>	<i>Reconhecimento</i>
<i>5. Ciências Contábeis</i>	<i>Port. MEC n° 224/89</i>	<i>Reconhecimento</i>
<i>6. Comunicação Social, hab.</i>		
<i>- Jornalismo</i>	<i>Port. MEC n° 1.707/2004</i>	<i>Reconhecimento (4 anos)</i>
<i>- Publicidade e Propaganda</i>	<i>Port. MEC n° 1.707/2004</i>	<i>Reconhecimento (4 anos)</i>
<i>7. Curso Superior de Tecnologia em Gestão da Tecnologia de Informação</i>	<i>Port. MEC n° 1.407/94</i>	<i>Reconhecimento Obs. Em atividade parcial</i>
<i>8. Direito</i>	<i>Dec. 64.286/69</i>	<i>Reconhecimento</i>
<i>9. Educação Física</i>	<i>Port. MEC n° 220/2006</i>	<i>Renovação reconhecimento</i>
<i>10. Enfermagem</i>	<i>Port. MEC n° 294/2006</i>	<i>Reconhecimento</i>
<i>11. Engenharia da Computação</i>	<i>Port. MEC n° 3/799/2004</i>	<i>Reconhecimento (3 anos)</i>
<i>12. Engenharia de Telecomunicações</i>	<i>Port. MEC n° 313/2005</i>	<i>Reconhecimento (4 anos) Obs. Em atividade parcial</i>
<i>13. Engenharia Elétrica, habilitação Eletrônica</i>	<i>Port. MEC n° 1.282/2005</i>	<i>Reconhecimento (4 anos)</i>

14. Farmácia Bioquímica	Port. MEC n° 290/2006	Renovação reconhecimento
15. Fisioterapia	Port. MEC n° 292/2006	Renovação reconhecimento
16. Matemática	Port. MEC n° 1.261/94	Reconhecimento
17. Medicina Veterinária	Port. MEC n° 624/2001	Reconhecimento
18. Moda	Port. MEC n° 3.799/2004	Reconhecimento (4 anos)
19. Nutrição	Port. SESu n° 322/2006	Reconhecimento
20. Odontologia	Port. MEC n° 1.820/2005	Reconhecimento (3 anos)
21. Turismo	Port. MEC n° 291/2006	Renovação reconhecimento

No SiedSup também consta registrado que 18 cursos estão paralisados. Tendo em vista os dados informados a respeito da criação e reconhecimento de tais cursos, e ante a situação de paralisação indicada, esta Secretaria solicitou esclarecimentos à Instituição. Em correspondência encaminhada em 22 de março de 2007, a Instituição esclareceu que:

1. Os cursos de Fonoaudiologia, Relações Internacionais, Secretariado Executivo e Teologia, foram criados, implantados e, por falta de demanda, paralisados. De acordo com a informação serão extintos.

2. Os cursos de Educação Artística e Geografia foram paralisados por falta de demanda. A Instituição informou que tenciona dar início novamente às atividades desses cursos.

3. Os cursos de Agronomia, Ciências Econômicas, Engenharia Ambiental, Engenharia Civil, Engenharia de Produção, Física, História, Letras, Química, Serviço Social, Sistemas de Informação e Zootecnia foram criados por Resolução do Conselho Superior e, por questões administrativas, suas atividades não foram iniciadas.

A Comissão de Avaliação, ao longo do relatório, teceu considerações sobre as dimensões avaliadas, conforme a seguir.

Dimensão 1 – A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional

Forças

A missão foi corretamente escolhida e, no projeto, está descrita com redação adequada, de forma a indicar os objetivos da IES, com a finalidade de promover o desenvolvimento regional e local da sociedade. A missão atende aos interesses sociais e educacionais do município e das adjacências, apresentando-se coerente e bem estruturada.

O PDI é muito bem elaborado, em todos os seus aspectos.

Fragilidades

O PDI apresenta-se um tanto ambicioso e abrangente. Essas características prejudicam sua adequação à realidade do crescimento econômico previsto para o País, no mesmo período de tempo.

Recomendações do Avaliador

1. A execução do PDI depende do desenvolvimento econômico e da evolução da demanda por melhor formação. Depende também da autorização para que a IES desenvolva cursos a distância. Assim, é conveniente a adoção de muita cautela na execução do PDI, de forma a minimizar os efeitos negativos ligados à realidade social do País, da região e da sociedade local.

2. É aconselhável ampliar os quadros funcionais com maior número de especialistas treinados em educação a distância, de modo a prevenir dificuldades futuras.

Dimensão 2 – A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.

Nesta Dimensão, a Comissão fez as mesmas observações da Dimensão 1, reiterando que as políticas para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação e a extensão foram definidas de maneira clara e completa.

Dimensão 3 – A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

Forças

A IES tem desenvolvido programas de vários tipos, o que permite aos alunos relacionamento direto com a comunidade, durante a realização de estágios e projetos. Ao treinar os conhecimentos adquiridos, os alunos auxiliam a comunidade carente, de forma efetiva.

Fragilidades

Não foram apontadas fragilidades.

Recomendações do Avaliador

A Comissão não apresentou recomendações.

Dimensão 4 – A comunicação com a sociedade.

Forças

Há políticas implantadas de comunicação interna e externa, por meio de diversos canais e tecnologias: jornais, revistas, vídeos, portal, ouvidoria, rádio e televisão, outdoor, murais. O investimento nas estratégias de comunicação, alinhadas com os documentos institucionais, é significativo.

A IES desenvolve os programas Professor na Rede, Aluno On-Line e Catálogo Eletrônico. A Internet é utilizada para facilitar a comunicação entre os membros da

comunidade interna. O Setor de Comunicação constitui fator importante na construção e na consolidação da identidade institucional, fato comprovado nas reuniões com docentes, discentes e o pessoal técnico-administrativo e na análise da documentação apresentada à Comissão.

Fragilidades

Alguns mecanismos são usados apenas no âmbito interno e seriam bastante efetivos se utilizados, também, na comunicação com a sociedade, a exemplo da Rádio Universitária, ligada ao curso de Comunicação.

Recomendações do Avaliador

1. Intensificar e ampliar os investimentos na política de comunicação interna e externa, visando maior divulgação dos projetos e das atividades desenvolvidas pela Instituição.

Dimensão 5 – As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.

Forças

Como potencialidades da Instituição, a Comissão citou a política de aderência do professor horista aos regimes de tempo integral e de tempo parcial e os planos de carreira docente e do corpo técnico-administrativo, com ascensão progressiva.

A IES concede a seus professores incentivos financeiros e afastamento, sem perdas salariais, para realização de cursos de mestrado e de doutorado. Há recursos financeiros para participação em eventos, com apresentação de trabalhos.

A Comissão ressaltou que a IES atende ao disposto no Decreto nº 5.786/2006, no que se refere ao quantitativo de 1/5 de professores em regime de tempo integral e 1/3 de professores mestres e doutores.

A relação nominal dos professores, anexada ao relatório da Comissão de Avaliação, indica que o corpo docente do Centro Universitário de Rio Preto possui as características descritas no quadro a seguir.

TITULAÇÃO	Nº DOCENTES	PERC. TOTAL (%)	TI	TP	H
Doutores	56	18,85	16	07	33
Doutorado não concluído	28	9,42	10	05	13
Mestres	77	25,92	19	24	34
Mestrado não concluído	21	7,07	07	08	06
Especialistas	71	23,90	16	29	26
Especialização não concluída	20	6,73	05	06	09
Graduados	24	8,08	05	04	15
TOTAL	297	100,0	78	83	136
PERC. TOTAL REGIME DE TRABALHO			26,26%	27,94 %	45,79%

TI – Tempo integral TP – Tempo parcial H - Horista

Fragilidades

O plano de carreira docente contempla apenas a progressão vertical em função da titulação. Não existe ascensão horizontal prevista a partir da produção e da capacitação docente. Há três categorias: professores doutores, professores mestres e professores especialistas. Cada categoria é determinada pela qualificação de seus componentes, o que não ocorre na carreira dos funcionários técnico-administrativos.

Recomendações do Avaliador

1. Discussão e avaliação do plano de carreira docente, para adequá-lo à realidade atual de valorização da produção científica, artística e cultural. Esses valores promovem a Instituição e fortalecem-na perante a comunidade acadêmica nacional e internacional, além de desencadear a melhoria institucional.

Dimensão 6 – Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e a representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.

Forças

A estrutura organizacional é adequada ao atendimento das atividades programadas. O PDI contém o seguinte organograma:

<i>Ordem</i>	<i>Órgãos</i>
<i>1.</i>	<i>Conselho Universitário – CONSUNI</i>
<i>2.</i>	<i>Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE</i>
<i>3.</i>	<i>Reitoria</i>
<i>4.</i>	<i>Vice-Reitoria</i>
<i>5</i>	<i>Secretaria Geral</i>
<i>6</i>	<i>Assessorias</i>
<i>7</i>	<i>Órgãos Suplementares</i>
<i>8</i>	<i>Pró-Reitorias</i>
<i>9</i>	<i>Colegiados de Cursos</i>
<i>10</i>	<i>Coordenações de Cursos</i>

Foram criados outros grupos de gestores, representados por comissões permanentes, núcleos ou coordenadorias, para aprimorar a organização e manter a gestão mais eficiente, conforme se vê:

<i>Siglas</i>	<i>Órgãos</i>
<i>CC</i>	<i>Conselho Científico</i>
<i>GGAA</i>	<i>Grupo dos Gestores Acadêmico-Administrativos</i>
<i>CPB</i>	<i>Comissão Permanente de Biblioteca</i>
<i>CPBE</i>	<i>Comissão Permanente de Bolsas de Estudo</i>
<i>CPLE</i>	<i>Comissão Permanente de Laboratórios e Equipamentos</i>
<i>CPEn</i>	<i>Comissão Permanente de Ensino</i>

<i>CPEExt</i>	<i>Comissão Permanente de Extensão</i>
<i>CPCD</i>	<i>Comissão Permanente de Capacitação Docente</i>
<i>CPCS</i>	<i>Comissão Permanente de Capacitação de Servidores</i>

Esses grupos dispõem de regulamentos, manuais de orientação, formulários-padrão, com dinâmicas, normas, diretrizes e responsabilidades.

Dentro da política de avaliação de mérito são realizados eventos, tais como: Workshop de Avaliação de Cursos, Fórum UNIP de Integração, Workshop de Avaliação do Desempenho ENADE e Encontro Institucional com Representantes de Classe.

Com a finalidade de divulgar os resultados das ações desenvolvidas, a IES adota alguns mecanismos, conforme abaixo:

<i>Modalidade</i>	<i>Mecanismos</i>
<i>I - Eventos</i>	<i>Congresso Científico da UNIRP</i>
	<i>Conquistas Acadêmicas e Científicas: um Reconhecimento</i>
	<i>Semana de Integração de Alunos UNIRP</i>
<i>II - Revistas</i>	<i>Revista da Extensão</i>
	<i>Revista da Pesquisa e Iniciação Científica</i>
	<i>Revista do Direito de Resposta</i>
	<i>Revista da Monografia Jurídica</i>
	<i>Revista da Monografia Geral</i>
	<i>Revista dos Convênios e Parcerias</i>
	<i>Revista do Conselho Científico</i>
<i>Revista das Reuniões das Áreas Acadêmica e Administrativa</i>	

Os conselhos superiores da IES – CONSUNI e CONSEPE – no que tange à representação e autonomia – são totalmente coerentes com as políticas traçadas nos documentos. As atas das reuniões, realizadas com regularidade, demonstram que existe autonomia e participação dos docentes, discentes e do pessoal técnico-administrativo.

Fragilidades

A IES não dispõe de Conselho Consultivo. O GGAA, composto por representantes de todos os setores acadêmico-administrativos, atua de forma espontânea, sem regulamento aprovado, mas com normas e diretrizes. Este grupo de Trabalho funciona como uma espécie de Conselho Consultivo informal.

Além do GGAA, existe o Conselho Científico, órgão consultivo dos Colegiados Superiores, criado para subsidiar as políticas institucionais adotadas e tornar viável a implantação de novos programas previstos no PDI. Pode-se dizer, assim, que a IES possui uma espécie de Conselho Consultivo, constituído somente pela comunidade interna.

Recomendações do Avaliador

<i>1. Implantação de um Conselho Consultivo, formal, autônomo, com representação majoritária da sociedade civil, em conformidade com as diretrizes do INEP.</i>

Dimensão 7 – Infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e de comunicação.

Forças

Conforme consta no relatório da Comissão de Avaliação, a IES possui sete instalações, todas situadas no município de São José do Rio Preto, nos seguintes endereços:

Campus 1	Rua Yvette Gabriel Atique, n° 45, Bairro Boa Vista.
Campus 2	Rodovia BR 153, Km 69.
Campus 3	Rodovia Assis Chateaubriand, Km 183.
Campus 4	Rua Benjamim Constant, n° 3.331, Bairro Centro.
Campus 5	Avenida Clóvis Oger, n° 900, Distrito Industrial.
Campus 6	Rua José Scarpelli Sobrinho, s/n°, Bairro Jardim Vivendas.
Campus 7	Rua Emília J. Castro, n° 350, Bairro Jardim Redentor.

A IES possui, de modo geral, boa estrutura física e acadêmica, para atender aos seus cursos, programas e ao corpo social. As instalações são limpas, ventiladas, iluminadas, mobiliadas e apresentam boa acústica.

A quantidade dos equipamentos de informática é suficiente para o cumprimento dos objetivos administrativos e acadêmicos. O plano de expansão e atualização dos softwares e equipamentos, compatível com os objetivos da IES, está descrito no PDI.

O PDI prevê a manutenção e conservação das instalações e equipamentos, prática confirmada durante a visita da Comissão.

A biblioteca dispõe de serviço de informatização do acervo e de serviço de catalogação, controle de periódicos, reserva e empréstimo, comutação e consulta ao catálogo. A política de aquisição, expansão e de atualização do acervo obedece a critérios definidos.

Existe política de aquisição, atualização e de manutenção dos equipamentos e as formas de operacionalização estão descritas no PDI.

A política de contratação e de qualificação do pessoal técnico-administrativo está detalhada no plano de carreira e nos mecanismos de capacitação.

Fragilidades

Não há gabinetes de trabalho suficientes para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

As instalações não asseguram plena mobilidade para os portadores de necessidades especiais. Há prédios de salas de aula e laboratórios sem rampas e sem elevadores. Como paliativo, turmas são deslocadas para os andares térreos. Alguns laboratórios importantes, **localizadas no que se convencionou chamar campus 1 e 3**, não dispõem também de rampas e elevadores. A administração superior da IES está localizada em um prédio de três andares, no campus 1, fato que não permite o acesso de pessoas com problemas de locomoção. Foi mostrado à Comissão um contrato de compra e venda de quatro elevadores hidráulicos para o campus 1, visando solucionar o problema.

A quantidade de equipamentos de multimídia, usados mediante reserva, é insuficiente para atender à demanda dos docentes.

As divisórias das cabines de estudo em grupo, na biblioteca, têm altura inadequada. Abertas na parte superior, elas permitem que o som dos debates e das discussões prejudique os outros grupos.

Há bibliotecas em várias unidades e apenas uma bibliotecária. Os demais funcionários são auxiliares ou atendentes, de vez que o acervo não é aberto ao público.

O nível de conservação dos laboratórios é apenas razoável.

Recomendações do Avaliador

- | |
|---|
| <i>1. Todos os docentes em regime de tempo integral devem ter salas individuais, para as atividades de ensino, pesquisa, extensão, produção intelectual e atendimento ao aluno.</i> |
| <i>2. Providenciar, com urgência, a instalação dos elevadores previstos para o campus 1 e encontrar solução para os problemas das outras unidades, como, por exemplo, o acesso aos laboratórios do curso de Comunicação Social.</i> |
| <i>3. Aumentar o número de equipamentos de multimídia, para atender aos atuais 297 docentes, distribuídos nas sete unidades.</i> |
| <i>4. Providenciar a adequação das divisórias das salas de estudo em grupo, na biblioteca.</i> |
| <i>5. Destinar uma bibliotecária por campi, nos quais haja biblioteca de grande dimensão.</i> |

Dimensão 8 – Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional.

Forças

O processo avaliativo é consistente e coerente com as propostas do PDI e do PPI e com os objetivos e a função de uma instituição de ensino superior. A proposta de avaliação foi aprovada com comentário do Tipo 1, tendo em vista que a IES apresentou proposta de acordo com os princípios e diretrizes do SINAES.

O processo de avaliação tem caráter formativo e visa incrementar a qualidade da educação desenvolvida na IES. A auto-avaliação está em fase de consolidação, tendo como foco os objetivos e as finalidades da avaliação institucional, bem como o redirecionamento dos rumos institucionais.

Fragilidades

A consolidação da cultura avaliativa ainda carece de melhoria.

O foco da avaliação está centrado em alguns segmentos institucionais e, por isso, nem todos os envolvidos são avaliados ou avaliadores.

Recomendações do Avaliador

- | |
|---|
| <i>1. Intensificar a divulgação das diretrizes pedagógicas e administrativas, baseadas na auto-avaliação, em busca de maior credibilidade. Dessa forma, o processo avaliativo será considerado, cada vez mais, como instrumento de melhoria constante e de transformação da IES, contribuindo para sua inserção no contexto local e regional.</i> |
| <i>2. Estender o processo avaliativo aos demais segmentos institucionais, para permitir</i> |

a participação e o envolvimento de todos na avaliação e na tomada de decisões subsidiadas pela auto-avaliação.

Dimensão 9 – Políticas de atendimento aos estudantes.

Forças

O acesso do corpo discente aos dados e registros acadêmicos se realiza com facilidade.

A IES distribui bolsas acadêmicas, destinadas aos alunos com dificuldades financeiras e aos alunos com destacada capacidade intelectual.

Existe uma série de ações para facilitar a integração entre os alunos e a comunidade acadêmica.

As políticas de acompanhamento do egresso estão descritas no PDI de modo consistente, em consonância com a realidade. Egressos de vários cursos participaram das reuniões com discentes, promovidas pela Comissão.

Fragilidades

Parte significativa dos alunos demonstrou desconhecimento de programas de nivelamento.

Os alunos mostraram-se descontentes com a nova modalidade de ensino semi-presencial.

Não há proposta da IES para implantação de um programa de mobilidade e intercâmbio nacional e internacional, com base em convênios de cooperação.

No PDI, a IES demonstra firme propósito de oferecer oportunidade a seus alunos, visando uma formação integral. Entretanto, vários discentes afirmaram nas entrevistas que há inconsistência nas práticas de realização de alguns eventos, visto que o apoio é insuficiente, não sistemático e precário.

Não existe base de dados com informação atualizada sobre os egressos.

Recomendações do Avaliador

- | |
|---|
| 1. Rever, com cuidado, a utilização do ensino semi-presencial e implantar, para todos os cursos, programas de nivelamento e de suficiência. |
| 2. Estudar a possibilidade de criar um programa de mobilidade e intercâmbio nacionais e internacionais, a partir de convênios de cooperação. |
| 3. Melhorar o diálogo entre corpo discente e administração, visando aparar arestas apontadas no relatório. |
| 4. Incrementar a política de acompanhamento dos egressos, com a participação dos grupos e comissões permanentes para ajudar no gerenciamento dessa questão. |

Dimensão 10 – Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

Forças

Existe independência financeira da IES, em relação à Mantenedora, graças a um trabalho sólido de gestão financeira e orçamentária.

Fragilidades

A realidade sócio-econômica do País pode constituir uma dificuldade externa, capaz de comprometer os planos de desenvolvimento da IES.

Recomendações do Avaliador

1. Agir com cautela quanto à execução dos planos de expansão e à manutenção da gestão superavitária, tendo em vista as possíveis condições de demanda real na sociedade, dado que a situação sócio-econômica do País não gera muito otimismo, no período considerado.

A Comissão atribuiu o nível 5 (cinco) ao conjunto das Dimensões avaliadas.

No Parecer Final, a Comissão assim se pronunciou:

A Comissão considerou:

- os resultados dos dados obtidos atendem às exigências dos padrões de qualidade constantes do Instrumento de Avaliação Institucional Externa de Universidade, do INEP;

- a Instituição atende às exigências do art. 52 da Lei n. 9394/96 e da Resolução CNE 02/98, que regulamenta o inciso I do mencionado artigo da Lei, isto é: a IES possui do total de 297 professores, mais de 1/3 com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado e 1/3 em tempo integral; produção intelectual institucionalizada, demonstrada pela existência de pequenos grupos de pesquisa e de extensão;

A Instituição avaliada possui uma estrutura que contempla a qualidade no ensino, a extensão como componente do cumprimento de sua responsabilidade social e atividades de pesquisa, que mesmo em fase inicial, apresentam boas perspectivas de resultados que concorrerão para ampliar a qualidade de vida da população.

Este potencial, analisado à luz do princípio do respeito à identidade e à diversidade institucional preconizado pelo SINAES, reflete claramente o papel que a Instituição desempenha na região em que está inserida.

III – CONSIDERAÇÕES DA SESU/MEC

Os dados contidos na relação nominal do corpo docente demonstram que há 78 professores em regime de tempo integral e 133 docentes que concluíram programas de mestrado ou doutorado. Considerando-se o total de 297 professores, conclui-se que a IES atende ao estabelecido no Decreto n° 5.786/2006.

No presente caso, a IES atingiu o nível 5 (cinco) no cômputo geral da avaliação.

IV – CONCLUSÃO

Tendo em vista a conformidade do Regimento e do Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, encaminhe-se o presente processo à Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, com indicação favorável ao recredenciamento, do Centro Universitário de Rio Preto, com sede na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, mantido pela Sociedade de Educação e Cultura de São José do Rio Preto S/C Ltda., também sediada na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo.

Nos termos do artigo 10, § 7º do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, recomenda-se que o recredenciamento seja válido até sessenta dias após a comunicação do resultado da avaliação que integrará o ciclo avaliativo do SINAES.

• **Despacho interlocutório**

No relatório da Comissão de Verificação do INEP aparecem várias recomendações para corrigir fragilidades da instituição. Tendo a verificação sido feita há certo tempo, realizamos um despacho interlocutório para obter informações sobre os seguintes pontos:

- 1) que o plano de carreira docente contemple a produção científica dos professores e não apenas sua titulação;
- 2) que o Conselho Consultivo se regularize, incluindo organizações e representantes da sociedade civil;
- 3) que tenha sido encontrada solução para o problema do descontentamento dos estudantes com “a nova modalidade de ensino semi-presencial” (modalidade que, no relatório da Comissão de Verificação não foi explicada);
- 4) O problema de bibliotecas em várias unidades com apenas uma bibliotecária e demais funcionários que são apenas auxiliares ou atendentes;
- 5) que fique mais clara a relação entre os cursos propostos e a demanda regional, uma vez que vários cursos foram fechados ou não iniciados por falta de demanda, o que leva a supor que a direção da IES não teve muita clareza sobre as necessidades da região.

Obtivemos da IES as seguintes informações:

Em atendimento ao despacho interlocutório estabelecido pela ilustre Conselheira Marilena Chaui, referente ao Registro SAPIEnS 20031001515, o Reitor do Centro Universitário de Rio Preto vem apresentar os esclarecimentos que seguem.

1 – Que o Plano de Carreira docente contemple a produção científica dos professores e não apenas a titulação.

O Conselho Superior da UNIRP, antes da visita da Comissão de Avaliação do INEP, em dezembro de 2006, designou um grupo de trabalho para elaboração de estudo para a implantação da progressão horizontal na carreira docente, tendo em vista que o Plano de Carreira Docente vigente não contemplava essa progressão.

Como é do conhecimento do MEC e do CNE, são pouquíssimas as IES que implantaram essa forma de progressão. Por exemplo, no Estado de São Paulo as universidades estaduais há décadas realizam estudos neste sentido e sem sucesso.

Muitas daquelas que conseguiram implantar a progressão horizontal enfrentam hoje dificuldades de equacionamento face aos percentuais estabelecidos para promoção.

*Dessa forma, o grupo de trabalho, após desenvolver inúmeros estudos, pesquisas e visitas a outras instituições de ensino, está em fase final de elaboração da referida proposta, que deverá ser apresentada ao Conselho Universitário em janeiro de 2008 para apreciação. A UNIRP planeja no prazo **máximo de seis meses** conseguir um consenso, visando ao estabelecimento de indicadores de mérito acadêmico para a implantação da progressão horizontal.*

Ademais, a UNIRP já desenvolve vários programas de fidelização de docentes. Vem, há alguns anos, negociando com o Sindicato da categoria a implantação do PLR – Participação nos Lucros ou Resultados.

2 – Que o Conselho Consultivo se regularize, incluindo organizações e representantes da sociedade civil.

A UNIRP tem valorizado a participação da comunidade interna e externa na gestão das políticas institucionais implantadas conforme o Projeto Pedagógico Institucional – PPI e o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI.

Com relação à CPA, a Instituição foi uma das primeiras a implantá-la, no ano de 2004. É importante registrar que, em 1999, a UNIRP criou a CPAI – Comissão Permanente de Avaliação Institucional que, com as suas ações, facilitou a elaboração do PDI 2002-2006 e a criação de uma cultura de gestão profissional.

No período 2002-2006, conforme o PDI apresentado, vários grupos gestores foram criados envolvendo docentes, discentes e técnico-administrativos. Da mesma forma, vários eventos anuais foram criados com o envolvimento das comunidades interna e externa. Todas essas informações constam de praticamente todos os documentos, anais e revistas de circulação anual da Instituição.

Com relação ao Conselho Consultivo, a UNIRP entendeu que se tratava de recomendação do INEP. No entanto, considerando a manifestação da Comissão Avaliadora e o reconhecimento da importância dessa estrutura, a Instituição viabilizou a sua criação. Está previsto para o **mês de dezembro de 2007** a implantação do Conselho Consultivo da UNIRP.

3 – Que tenha sido encontrada solução para o problema do descontentamento dos estudantes com “a nova modalidade de ensino semipresencial” (modalidade que, no relatório da Comissão de Verificação não foi explicada).

A Comissão de Avaliação não apontou a razão do descontentamento dos estudantes com “a nova modalidade de ensino semipresencial”. Essa ocorria na ocasião da visita in loco devido a pelo menos dois fatores:

1 – devido ao número muito pequeno de alunos que participaram da reunião – realizada no período de 18 a 20 de dezembro de 2006 – após o término do semestre letivo. Compareceram, na sua maioria, à reunião alunos com problemas nos exames finais e que se faziam presentes na Instituição naquele momento;

2 – em quase todas as IES ocorreram resistências a essa modalidade de ensino no início de sua implantação, tendo em vista que exige disciplina e dedicação dos alunos.

No entanto, já no início do primeiro semestre de 2007, o **problema foi superado**. A UNIRP realiza, anualmente, dentre tantos outros eventos, o Encontro Institucional com Representantes de Classe. Há dois anos, realiza semestralmente. Neles são avaliadas as políticas de ensino, pesquisa e extensão. No primeiro evento deste ano – o segundo será realizado na próxima semana – os **alunos registraram a satisfação e importância** desta modalidade de ensino: **estão aprendendo a ler, a escrever, a ter disciplina, etc.**

Muitos cursos estão utilizando, com sucesso, a tecnologia em disciplinas presenciais, como acréscimo às atividades até então desenvolvidas.

O que está ocorrendo é uma verdadeira inclusão digital não somente para os alunos como para os docentes, muitas vezes sem experiência na utilização de computadores e dos equipamentos de informática necessários ao ensino semipresencial.

4 – O problema de bibliotecas em várias unidades com apenas uma bibliotecária e demais funcionários que são apenas auxiliares ou atendentes.

Basicamente, a UNIRP tem duas Unidades Universitárias congregando a quase totalidade de seus alunos: a Unidade I e a Unidade III. As demais instalações físicas mantêm turmas pequenas.

A UNIRP possui atualmente duas bibliotecárias, com Registro no CRB, a seguir apresentadas, uma em cada unidade universitária:

Sra. Terezinha Aparecida Bená Perez Rocho, Registro CRB nº 23.398 (bibliotecária da UNIRP desde 1º de março de 1993);

Sra. Mirian Queiroz Rocha, Registro CRB nº 4.925 (contratada após a visita da Comissão de Avaliação do INEP).

A UNIRP tem se preocupado em oferecer bons serviços de biblioteca no que tem obtido sucesso, considerando que a sua Biblioteca é uma das melhores da região, com relação ao acervo, aos recursos e aos serviços prestados à comunidade.

Com relação à qualificação dos demais servidores lotados nas Bibliotecas, é preciso destacar que, desde 2005, a UNIRP promove, anualmente, Cursos de Capacitação para esse segmento, atendendo às suas solicitações e aos interesses dos setores onde estão lotados. Também oferece bolsas de estudo para cursos de graduação, seqüenciais de formação específica e de especialização. Com isso, busca manter um corpo técnico-administrativo qualificado e fidelizado nas bibliotecas.

5 – Que fique mais clara a relação entre os cursos propostos e a demanda regional, uma vez que vários cursos foram fechados ou não iniciados por falta de demanda, o que leva a supor que a direção da IES não teve muita clareza sobre as necessidades da região.

A UNIRP tem 42 anos de história e conquistas. Tem primado pelo pioneirismo na região: primeiro curso de Direito (em 1965); primeiros cursos de Pós-Graduação Lato Sensu (em 1989); primeiros cursos Seqüenciais de Formação Específica (em 2002), entre outros.

*Muitos cursos previstos ou implantados, em decorrência da abertura econômica, da globalização, da estabilização da economia, e, principalmente, da **violenta expansão de cursos superiores**, tiveram as suas demandas enfraquecidas: Geografia, Teologia, Fonoaudiologia, Secretariado Executivo, etc. Em 2007, a UNIRP extinguiu vários cursos – após a visita da Comissão Verificadora, considerando a baixa demanda existente no mercado para todas as IES da Região.*

*Por outro lado, vários outros cursos estavam programados para oferta – no momento da elaboração do Cronograma de Implantação, incluído no PDI, pois havia demanda segundo orientações do Setor de Marketing da Instituição. No entanto, devido à verdadeira **autofagia no ensino superior**, cursos passaram a “brotar” nos bairros de São José do Rio Preto e nos municípios vizinhos. Aliada a essa expansão descontrolada, a oferta desses cursos na modalidade a distância – pela ULBRA, UNITINS, UNIFRAN, UNOPAR, entre outras IES – com preços aviltantes para as IES que mantêm políticas de fidelização de docentes e oferecem serviços educacionais com qualidade compatível às exigências do mercado de trabalho e dos órgãos regulatórios do Ministério da Educação.*

*Ademais, não somente os cursos oferecidos na modalidade a distância apresentam mensalidades irrisórias: cursos presenciais oferecidos por pequenas IES, recentemente credenciadas, apresentam **mensalidades predatórias**.*

Grandes IES estão investindo pesado, inclusive com a abertura do seu capital, invadindo literalmente o município sede de instituições credenciadas.

Diante deste quadro, a UNIRP, permanentemente, vem realizando estudos de mercado para verificar a sua expansão tanto no que se refere à modalidade presencial, como à modalidade a distância.

A UNIRP tem consciência da relevância de seu papel social – é expressivo o número de projetos e programas desenvolvidos no cumprimento de sua Responsabilidade Social (recebeu conceito máximo 5 da Comissão Verificadora) – para o município e região e, neste sentido tem procurado otimizar o oferecimento de seus cursos de graduação e seqüenciais de formação específica, buscando atender às expectativas da sociedade.

6 – Que a IES respeite a adequação das instalações físicas às condições de acessibilidade.

Conforme contrato disponibilizado à Comissão Verificadora, a UNIRP vem executando as obras para adequação de todas as instalações físicas, visando adequá-las aos portadores de necessidades especiais. Conforme o contrato, o Cronograma estabelecido será cumprido dentro do prazo fixado por lei.

Parte considerável da adequação será inaugurada no próximo mês de dezembro de 2007.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, 08 de novembro de 2007.

*Professor HALIM ATIQUE JUNIOR
Presidente da Mantenedora e Reitor da UNIRP*

Diante do exposto, passo ao voto.

III – VOTO DA RELATORA

Pelos dados expostos pela Comissão de Verificação do INEP, que atribuiu à IES o nível 5 (cinco), e com parecer positivo da Secretaria de Educação Superior, e pelas respostas satisfatórias obtidas em despacho interlocutório com representantes da IES, voto favoravelmente ao recredenciamento do Centro Universitário de Rio Preto, mantido pela Sociedade de Educação e Cultura de São José do Rio Preto S/C Ltda., ambos com sede na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos ou até o primeiro ciclo avaliativo do SINAES a se realizar a pós a homologação deste parecer, nos termos do artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006.

Brasília (DF), 12 março de 2008.

Conselheira Marilena de Souza Chaui – Relatora

III – DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara de Educação Superior aprova por unanimidade o voto da Relatora.
Sala das Sessões, em 12 de março de 2008.

Conselheiro Antônio Carlos Caruso Ronca – Presidente

Conselheiro Paulo Monteiro Vieira Braga Barone – Vice-Presidente